

A história urbana numa perspectiva global: alguns aspectos do debate historiográfico

The urban history in a global perspective: some aspects of historiography discussion

Andressa Antunes de Freitas

Graduanda em História
Universidade Federal de Ouro Preto
andressaantunes2@gmail.com

Recebido em: 09/07/2019

Aprovado em: 06/09/2019

Resumo: Pensar a cidade como artefato e organismo é um ato que emerge na modernidade, transgressor ao corriqueiro. A cidade como emaranhado de temporalidades e de intenções revela processos de formação difusos — contínuos e constantemente dinâmicos — que ultrapassam as fronteiras do terreno sobre o qual a população citadina se assenta. O espaço urbano é cultura material e projeção de futuros dos sujeitos. Nesse sentido, convém analisar de que forma processos de urbanização conectados e que se constituíram além das pretensões arquitetônicas (e também políticas) nacionais e ocidentais foram considerados pelos estudos da história das cidades e se tal análise (história urbana em perspectiva global) é viável para o enriquecimento desse campo.

Palavras-chave: História urbana; história global; cultura material.

Abstract: To think of the city as an artifact and an organism is an act that emerges in modernity, transgressing the ordinary. The city as a tangle of temporalities and intentions reveals fuzzy processes – continuous and constantly dynamic – that extend beyond the borders of the terrain upon which the city population sits. Urban space is material culture and future projection of subjects. In this sense, it is necessary to analyze how connected urbanization processes that were constituted beyond the national and western architectural pretensions (and also political ones) were considered by the studies of the history of the cities and if such analysis (urban history in a global perspective) is viable for the enrichment of this field.

Key-words: Urban history; global history; material culture.

"O mundo é representação, e, na ordem das metáforas, a questão da articulação das duas configurações, a da sociedade citadina e da cidade de pedras, resolve-se numa sobreposição perfeita."

Bernard Lepetit, 2001

A cidade e o humano

A formação das cidades enquanto ambiente do vivido não é espontânea, tampouco se constitui ao longo do tempo sem intencionalidade. As cidades, como as vemos quando andamos nas ruas, são frutos de um processo no tempo e no espaço, em que transparecem histórias (chamamos atenção para o plural). Não se trata do discurso “das cidades históricas”¹ como atuação tangível do passado; mas de pensar a experiência urbana como uma teia: a cidade não representa camadas de impressões do tempo e das sociedades, ao contrário, é um emaranhado de intencionalidades do passado, do presente e do futuro que *estão*, incontornavelmente.

Nas cidades, discursos de poder, narrativas de memórias e projeções disputam espaços e permeiam o cotidiano, “lançam areia aos olhos que lhe observam” (BOERI, 2010 *apud* CASTRO; TONIOLO, 2018). O espaço urbano² é uma imagem caótica, que no dia-a-dia passa despercebida por ter sido naturalizada ao olhar dos cidadãos. Corpo e cidade se movem juntos. Mas, atentando-se ao espaço urbano, pistas para o despertar de indagações históricas e sociais emergem do emaranhado de temporalidades e de intencionalidades que constituem as cidades. E, assim, o termo caos deixa de ser suficiente para explicar o cotidiano urbano.

Intervenções artísticas, manifestações, festas irrompem no cotidiano da cidade e subvertem discursos e ordens de poder do meio urbano — tão valorizados pelas regras de civilidade para manutenção da boa vizinhança. Natalie Zemon Davis (1990) chamou a atenção para tais rituais sociais (em geral, populares), que eram ímpetus no ordinário, e figuravam no limiar da eclosão de uma revolta, na França, na transição entre o medievo e o que chamamos de Idade Moderna. Em um dos rituais estudados por Davis, o evento acontecia para denunciar casos de alteração da ordem, como adultérios e homens que apanhavam de suas esposas e se tornavam motivo de chacota entre os jovens na realização dos *charivaris*. Isso é, tratava-se de um evento de desordem momentânea que intencionava o retorno à ordem de funcionamento daquela sociedade. No caso das mobilizações de 1968, que ocorreram em diversos países do mundo – e que, no México, culminou no Massacre da Praça de Tlatelolco³ – as reivindicações eram, em geral, inversas às ordens de

¹ “Discurso das cidades históricas” refere-se aos enunciados corriqueiros em cidades que preservam algum conjunto arquitetônico do passado e que, por isso, muitas vezes, são vistas como presentificação do passado, ou possibilidade de manuseio do passado. Aqui, pensamos na historicidade como intrínseca às coisas e aos sujeitos imersos numa temporalidade imprescindível.

² Não só o espaço urbano pode ser uma imagem caótica, no sentido de complexidade, porém, aqui, nos ateremos a discorrer apenas sobre as cidades urbanas.

³ Trouxemos o exemplo desse evento porque, para nós, é interessante pensar como a Praça das Três Culturas (onde ocorreu o massacre) foi pensada discursiva e arquitetonicamente para celebrar a união das três culturas (ou etnias) que

funcionamento das sociedades que presenciaram os eventos. Em ambos os exemplos de interrupção do cotidiano, interessa notar que os códigos e discursos que regulam o espaço urbano – às vezes silenciosamente – se tornam visíveis nos momentos em que são questionados. Assim, de palco passivo, a cidade passa a ser personagem e plateia da experiência vivida.

Pensamos, então, menos em analisar processos de formação das cidades do que em considerar o papel destas durante eventos violentos, contendas locais, festas, etc., pois o urbano constitui e é constituído pelo social.

Eis resumido um saber social: tanto em termos de conhecimento como em termos de ação, a cidade necessita não só das abordagens coordenadas, mas de uma apreensão sintética; a cidade e a sociedade são duas realidades coextensivas: a questão urbana e a questão social sucessivamente inventadas agora se sobrepõem com perfeição. (LEPETIT, 2001, p. 59-60)

Na citação acima, do livro *Por uma nova história urbana*, Bernard Lepetit propõe uma crítica das observações tradicionais da historiografia urbana francesa, que pensava o espaço enquanto materialidade desconexa do social. O social constitui o urbano, ainda que regras de decoro arquitetônico e pretensões políticas na formação dos espaços sejam empregadas no processo de construção⁴. Também o urbano pode contribuir para tomadas de decisões dos sujeitos históricos associadas ao seu espaço terreno de sociabilidade. Não se trata de uma hipótese determinista e reducionista, a exemplo dos naturalistas do século XIX, que propunham relações forçadas entre ação e espaço. Trata-se de analisar se – e/ou de que forma – o contexto urbano, em sua constituição pronta e em formação, pode ter contribuído para a trajetória de determinados eventos históricos.

Pensar, portanto, as interfaces entre contingências históricas e a constituição das cidades permite o avanço da pesquisa às intervenções subjetivas nos espaços e às intervenções subjetivas do espaço no corpo e mentalidade humanos, que dialogam com o meio do vivido. Isso é, partindo do pressuposto foucaultiano (FOUCAULT, 2014) de que a construção das cidades evidencia discursos de poder que agem sobre o humano, os sujeitos não só podem agir em função dos espaços, como também podem ser impedidos de fazê-lo devido a condições e narrativas inibidoras de ação constitutivas do urbano. A partir dessa análise, portanto, a história urbana propõe a pesquisa da relação entre o corpo e as instituições constitutivas da cidade, numa dinâmica de

supostamente compõem a sociedade mexicana. Nesse caso, cidade e espaço físico são componentes indispensáveis da narrativa de memória desse massacre.

⁴ Referimo-nos aos Tratados de Arquitetura e Códigos de Condutas que nortearam a construção e manutenção das cidades, pelo menos durante o Antigo Regime, e que são percebidos até a atualidade em cidades que preservaram traçados urbanos antigos. Ver BASTOS, 2016. pp 97-104.

operacionalização cotidiana: tanto no sentido de ações tolhidas pela constituição da cidade, como no sentido de ímpetus proporcionados pelo desenho que constrói o meio urbano. Nas palavras de Lepetit,

[...] a pesquisa urbana procura estabelecer o sentido social das instituições. Contra uma análise funcional prestes a cair na racionalização *a posteriori* ou na tautologia, ela se mostra atenta (em graus variáveis segundos os autores) às aptidões das instituições para modelar a sociedade e à capacidade dos atores engajados num sistema social global para ativá-las e dotá-las de sentido. (LEPETIT, 1996, p. 73)

Não só a dimensão narrativa da ordenação urbana⁵ atua sobre a experiência vivida dos indivíduos, como também a materialidade da arquitetura expressa nas cidades, que dispõem de intencionalidades. Na verdade, as duas atuações – discursiva e material – se complementam e são dependentes uma da outra. Pensando a formação do espaço urbano no Brasil, a partir do colonialismo português, tratados de arquitetura e códigos de conduta determinaram a ocupação do espaço – ainda que, em alguns casos, apenas na letra da lei – a despeito de teses tradicionais, já superadas, sobre uma urbanização lusa despreziosa e desorganizada na América Portuguesa. A partir dos anos 80 no Brasil, as tentativas de definição e redefinição do que seria a experiência urbana nacional ressurgiram nos quadros nas ciências humanas e sociais, pois a demanda de se pensar a territorialidade crescia ao passo em que as cidades viam grande aumento populacional. E assim, também os estudos que haviam se proposto a pensar as relações sociais indissociáveis de um espaço, demandaram novas definições e novo vocabulário para dar conta da experiência com a qual lidavam no Brasil (VIDAL, 2005, p. 149).

Compreendendo a cidade como discurso e presença tangível, a materialidade importa porque revela visões de mundo e intenções do passado, perceptíveis no presente. É composto fundamental da experiência humana. “O testemunho das coisas úteis e duráveis” (MENESES, 2018) evidencia aspectos materiais das culturas simbólica, econômica e política empenhadas na construção das cidades e constitui, portanto, aspecto fundamental da pesquisa do urbano. Nesse sentido, a história urbana estuda a cidade não só como presentificação material de diversas temporalidades (em rede), não só como impressões arquitetônicas de necessidades econômicas ou políticas, e sim a cidade como artefato social.

O conceito de História da Urbanização – cunhado entre nós por Nestor Goulart Reis e igualmente usado por Eric Lampard, Jorge Enrique Hardoy e Bernard

⁵ Aqui, o termo “ordenação” expressa a configuração da cidade assim como os discursos de civilidade compartilhados, que agem sobre os corpos dos sujeitos. Tais discursos são históricos e culturais, se alteram de acordo com o tempo e localidades e são compartilhados semelhantes a um código moral.

Lepetit – objetiva ampliar o campo de visão e estudar não apenas o urbanismo (isto é, os espaços projetados como uma forma de intervenção erudita e evidente), mas todos os espaços produzidos pela urbanização como processo social. Ao analisar as diversas formas de configurações dos processos sociais, não se limita ao exame morfológico ou às ideias e ideologias que fomentaram planos, projetos e intervenções. Embora também inclua a História das Cidades, não se limita a isolar casos, atentando sempre para lógicas e papéis dos núcleos no âmbito de um “sistema urbano” mais alargado. (BUENO, 2012, p. 149)

Ou seja, pensar a história urbana como artefato social implica considerar os aspectos constitutivos do espaço, os quais temos mencionado nesse texto: as relações sociais promovidas nas cidades e pelas cidades e as relações dinâmicas entre corpo, construção, história, cultura e memória. Para acrescentar a essa perspectiva teórica e metodológica, segue um trecho dos anais do *15º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, que articula psicanálise e urbanização, problematizando as relações entre corpo subjetivo, cidade e sociedade.

Ou seja, a cidade não é o sonho, ela está mais próxima do que o sujeito faz com seu corpo e seus modos de satisfação. O encontro é o choque com a norma, o muro, a palavra, o concreto, a miséria. [...] Se de um lado precisamos fazer caber o corpo para habitar a cidade, por outro é o corpo que a produz.

A cidade espelha a ruidosa relação do sujeito com o corpo. O ponto de chegada nos aproxima da materialidade fragmentária do cotidiano, através de seus furos, sobreposições e indistinções, naquilo que suas evidências guardam de incompleto, de inconcluso. (CASTRO; TONIOLO, 2018, p. 12)

O urbano e o humano em perspectiva global⁶

Partindo do pressuposto de que a cidade é um artefato social, convém discutir, daqui em diante, quais escolhas metodológicas e epistemológicas se colocam à disposição da história urbana, tanto para pensar processos de formação dos locais urbanos, como para analisar a atuação das cidades enquanto palcos e personagens do processo histórico. As apostas da história global, e de suas vertentes, podem ser uma dessas opções para uma história urbana que conjugue bem *urbs* e *civitas*.

⁶ No presente artigo, utilizamos alguns conceitos propostos pelo grupo de estudos da história da urbanização desenvolvido por Nestor Goulart Reis, na Universidade de São Paulo. Segundo este autor, suas pesquisas tratam dos processos de urbanização, e não da história das cidades pois tal análise seria uma redução da noção de urbanização enquanto um processo social. No entanto, pretendemos utilizar os mesmos conceitos num esforço de possibilitar que se enxergue a cidade e o urbano como obrigatoriamente relacionados aos seus processos de formação, assim, os conceitos da história da urbanização se estenderam às cidades “já formadas” e/ou em constante modificação. Ver REIS FILHO, 1981, pp. 15-18 *apud* BUENO, 2012. p. 20).

Embora não haja um consenso entre os historiadores a respeito do momento em que teve início as pesquisas que se enquadram no que definimos como história global⁷, é comum associá-la aos acontecimentos mundiais posteriores à queda do Muro de Berlim, às independências de países africanos e asiáticos e à nova ordem mundial de globalização econômica e cultural. Diante do sucesso do capitalismo após o fim da Guerra Fria, questões baseadas em ideologias políticas ou econômicas binárias deixaram de dar conta da complexidade da modernidade. As independências em África e em Ásia e a acentuação de reivindicações sociais que já haviam sido reclamadas em 1968 puseram em suspensão os padrões de civilização, direitos humanos e civis na medida em que ampliaram a mirada para além do centro Europa-EUA. Isso é, os processos de descolonização colocaram em evidência os processos históricos de subjugação de povos e países a lógicas de funcionamento ocidentais – mesmo que muitos governos de países imperialistas lidem com as colonizações numa política de apagamento desse passado (HEYMANN, 2006, p. 27-29). E, assim, foram necessários – e ainda são – debates a respeito de como o mundo se desenvolveu e se organizou tendo como sustentação econômica países colonizados, e tendo como hegemonia cultural e política, os países colonizadores.

A integração⁸ proposta a partir da ideia de globalização, como uma forma de superação das colonizações e da Guerra Fria, promovida por lutas sociais e pelo fortalecimento do capitalismo, respectivamente, alargou as visões de mundo. Como já foi dito, o binarismo como forma de ser e ver o mundo passou a ser insuficiente diante da complexidade das sociedades e dos processos históricos. Nesse sentido, também as ciências humanas, a fim de compreenderem esses processos, e numa intenção ética-democrática (SANTOS, 2007), se complexificaram para dar conta de culturas que extrapolavam os esquemas tradicionais epistemológicos e metodológicos. A história global se apresenta como uma alternativa de escrita da história que, em método, principalmente, evidencie os processos, povos, locais e culturas que foram dispensados pelas análises históricas tradicionais. Como um resumo da discussão feita até aqui sobre o que a história global pretende, adicionamos a citação a seguir:

Além de todos esses acontecimentos históricos, o mundo passava por um intenso processo de globalização com evidente encurtamento das distâncias em função

⁷ Sobre a discussão acerca de quando começaram os estudos da história global, conferir MARQUESE & PIMENTA, 2015. p. 30-49.

⁸ Utilizamos esse termo numa intenção bastante controlada. Mesmo que tenha havido integração econômica de países “subdesenvolvidos” às lógicas de um mercado mundial, orquestradas pelos países europeus e norte-americano, através de blocos econômicos (como os BRICS), a hegemonia da cultura, economia, cosmogonia ocidentais não perdeu seu lugar.

das novas tecnologias; aceleração do tempo histórico; aumento populacional; e incremento das desigualdades econômicas e sociais. Não há dúvida de que o mundo mudou no contexto do início da década de 1990. [...] era preciso encontrar novas formas de escrever a história que fossem capazes de compreender as novas condições de vida, que se diferenciavam bastante daquelas anteriores a 1989.

É aí que se insere a chamada história global — *global history* —, que vem instigando historiadores, bem como profissionais de áreas afins, como relações internacionais e “estudos de área”, a repensar suas metodologias e objetos de pesquisas. A chamada história global não tem definição unânime. Há, porém, algumas características claras, sobretudo a ideia de pensar a história para além das fronteiras nacionais e também a necessidade de se “provincializar” o Ocidente. (SANTOS JÚNIOR; GOLDFELD, 2017, p. 483)

Existem modalidades de escrita da história que se inserem no que é definido amplamente como História Global. Uma dessas modalidades é a *Atlantic History*, que também pretende extrapolar as fronteiras imperiais e nacionais para que se pensem as experiências conectadas nas Américas, África e Europa a partir da conexão estabelecida pela existência do Oceano Atlântico. Segundo Russel-Wood, que se inscreve nessa modalidade de compreensão da história,

[...] as conexões, interconectividade, redes e diásporas que ligam a Europa, as Américas e a África; intercâmbio, seja de indivíduos, de flora e fauna, de mercadorias e produtos, seja de línguas, de culturas, de manifestações de fé, e de costumes e práticas tradicionais; um Atlântico caracterizado pelo movimento, pelo vaivém, e transições, e a vários ritmos de aceleração; e um mundo onde instituições, mesmo reinos, se formam, reformulam-se de um modo distinto, fragmentam-se, apenas para reaparecerem com uma nova configuração. Um conceito inerente a esta história é que nenhuma parte possa existir em isolamento. Um evento – epidemia, seca, guerra, fome – em uma parte tem repercussões e ressoa em outras partes. (RUSSELL-WOOD, 2009, p. 21)

Dessa forma, as prioridades da pesquisa seriam temáticas na tentativa de evidenciar povos invisibilizados pelos discursos e determinações oficiais do Estado-Nação, assim como recortes temporais que evidenciem as experiências de grupos sociais.⁹

Voltando à citação de Santos Júnior e Goldfeld: “provincializar” o Ocidente, segundo os autores, significa tratar as epistemologias europeias como parte de um quadro interpretativo mais amplo, que abrange diferentes formas de conhecimento, sem que haja hierarquização entre elas. O exercício, portanto, pretende complexificar as análises, ao propor diferentes maneiras de interpretação e discutir quais são as mais adequadas para os objetivos aspirados. A história oral (MATOS, 2016), por exemplo, é uma metodologia de pesquisa histórica que não se adequa aos

⁹ Não vamos expor com demora as críticas que a historiografia tem feito às pretensões da História Atlântica, mas concordamos que metodologias que utilizam a comparação devem fazer ponderações sobre a possibilidade de paralelos indevidos, e que acabam por simplificar a experiência histórica de um grupo social. Conferir GAMES, 2006.

padrões da proposta historicista que se dá no século XIX. No entanto, atualmente, tem sido abordada como forma interessante de suscitar memórias e discussões de povos que, por terem sido subjugados, não deixaram registros escritos.¹⁰

Embora a ideia de “provincializar o Ocidente”, ou de superar a carga oficial do Estado sobre os processos históricos, pareça se adequar bem às tentativas de solução das questões da modernidade, muitos autores criticam a história global enquanto método e epistemologia possível por conta das dificuldades que a permeiam. Por exemplo, intentar a superação do eurocentrismo não é simples, pois o eurocentrismo não é só uma forma de ver o mundo – uma escolha de abordagem –, mas também uma expressão assentada na realidade, da qual não é fácil se desvincular para dar vida a novas formas de questionamentos não eurocêntricas.

La nueva historia global no tiene concepto de eurocentrismo ni una epistemología ni un método para afrontarlo, se conforma con la pura dilatación del obturador de la escala, de manera que pareciera ser que para escribir historia global hoy día basta con alinearse con lo políticamente correcto que es incluir en el relato a los espacios no occidentales sin ofrecer necesariamente una interpretación curada de eurocentrismo.¹¹ (PACHECO, 2016, p. 158-159)

“*Abrir la mirada*” (PACHECO, 2016) não é suficiente para superar o eurocentrismo e provincializar o Ocidente. Promover a análise de histórias interconectadas ou se ater ao estudo de povos subalternizados necessita de uma abordagem que efetivamente se proponha transgressora. E aí, temos mais um problema, apontado tanto por Santos Júnior e Goldfeld como por Pacheco: o nacionalismo metodológico.

Essa dificuldade remonta à própria constituição da história como disciplina na segunda metade do século XIX. Ao lado do surgimento dos Estados modernos, também foram criadas instituições para conservar a memória e os registros da história nacional, uma vez que a própria burocracia estatal produzia documentos nessa perspectiva. [...] O processo de superar o nacionalismo metodológico sempre foi, portanto, um desafio aos historiadores. (SANTOS JÚNIOR; SOCHACZEWSKI, 2017, p. 484)

¹⁰ Há de se ressaltar que a história oral tem validade enquanto método não só quando se relaciona aos passados que não dispõem de registros escritos, mas também em casos em que esses registros existem, sendo, portanto, uma opção legítima de metodologia.

¹¹ “A nova história global não tem uma epistemologia ou um método para enfrentar o eurocentrismo, está satisfeita com a pura expansão da lente da escala, de modo que parece que para escrever história global hoje é suficiente alinhar-se com o politicamente correto, que é incluir espaços não-ocidentais na história sem necessariamente oferecer uma interpretação acurada do eurocentrismo.” Tradução minha.

Como observó Derrida el archivo tiene la fuerza de la autoridad, del mandato y del orden, no lo podemos pensar separado del poder ni abstraído de su dimensión ritual del lugar que resguarda reliquias escogidas.¹² (PACHECO, 2016, p. 153)

No entanto, os mesmos autores, em outras páginas de seus trabalhos, assim como demais estudiosos da história global, apontam caminhos para tornar possível essa forma de escrever história, através, por exemplo, da história comparada ou da interdisciplinaridade. Laurent Vidal, em artigo sobre a historiografia do urbano no Brasil, aborda o debate entre duas historiadoras que divergem de opinião acerca da interdisciplinaridade na pesquisa da história urbana, para retomar nosso objeto principal. Para Raquel Rolnik, a territorialidade como fator da pesquisa é um diferenciador fundamental e estruturante. Já para Maria Stella Bresciani, é possível adicionar a “questão urbana” aos estudos de várias áreas das ciências humanas e sociais.

S'appuyant sur la tradition de l'histoire urbaine nord-américaine Raquel Rolnik cherche à << différencier l'histoire urbaine de l'histoire sociale, économique ou politique en contexte urbain>> ([5]:27), en faisant de l'espace une variable fondamentale des analyses: << La question fondamentale pour les spécialistes de l'histoire urbaine, à partir des angles les plus variés, serait la signification des processus de territorialisation et reterritorialisation dans l'histoire et leur relation avec le processus plus global et générique de transformation qui se développe dans le champ de la vie sociale, économique et politique des peuples>> ([5]:29). Ce deux articles voulaient dessiner au plus près les contours du champ de l'histoire urbaine. Leur positionnement divergent — l'option restreinte de Raquel Rolnik et l'option plus large de Maria Stella Bresciani — témoigne de la difficulté de définition de ce champ.¹³ (VIDAL, 2005, p. 149-150)

O debate sobre os usos da interdisciplinaridade existe e dá forma às discussões sobre história urbana e sobre história global. A despeito das dificuldades que esse método apresenta à pesquisa, adicionamos à opinião de Vidal o enriquecimento dos campos quando o debate é constante e os posicionamentos não são homogêneos. A interdisciplinaridade, portanto, apostando em perspectivas de longa duração (BRAUDEL, 2016) seria uma das táticas possíveis de pensar a história urbana nos pressupostos dos estudos globais, numa tentativa de superar o nacionalismo

¹² “Como Derrida observou, o arquivo tem a força da autoridade, do comando e da ordem, não podemos imaginá-lo separado do poder ou abstraído de sua dimensão ritual do lugar que protege as relíquias selecionadas.” Tradução minha.

¹³ “Baseando-se na tradição da história urbana norte-americana, Raquel Rolnik procura “diferenciar a história urbana da história social, econômica ou política em um contexto urbano” ([5]: 27) fazendo do espaço uma variável fundamental das análises: << A questão fundamental para os especialistas da história urbana, dos mais variados ângulos, seria o significado dos processos de territorialização e reterritorialização na história e sua relação com o processo mais global e genérico de transformação que se desenvolve no campo da vida social, econômica e política dos povos >> ([5]: 29). Esses dois artigos pretendiam chegar o mais próximo possível das definições do campo da história urbana. Seu posicionamento divergente - a opção limitada de Raquel Rolnik e a opção mais ampla de Maria Stella Bresciani - atesta a dificuldade de definição desse campo.” (Tradução minha).

metodológico e de provincializar o Ocidente através da busca por redes e histórias interconectadas que expliquem os processos sociais para além das pesquisas de que já dispomos atualmente, a despeito das críticas. Independentemente de pensar a territorialidade como um elemento da pesquisa (M. Bresciani) ou como um aspecto fundamental e diferenciador do estudo (R. Rolnik), é fato que podemos entender a constituição e atuação do espaço como parte de processos integrados, globais – ou transatlânticos, para retomar Russel-Wood e a história urbana no Brasil. Voltando a Lepetit, o autor salienta a possibilidade da pesquisa interdisciplinar controlada no tangente à história urbana.

O estabelecimento de condições para se produzir um novo saber, isto é, para se ampliar a inteligibilidade do real. Como pensar de outra forma? Como escapar ao peso das tradições acumuladas? Não é proibido inovar, mas a invenção intelectual não é tão simples como parece. A prática da interdisciplinaridade pode assegurar o distanciamento crítico de cada um dos modos de representação do real e talvez permitir que não se permaneça prisioneiro de nenhum. (LEPETIT, 2001, p. 40)

Apostar na interdisciplinaridade e numa mirada de longa duração não exclui os problemas metodológicos oriundos das pretensões da história global, que foram elencados acima. As dificuldades impostas pelos processos de construção dos arquivos – relacionados às necessidades dos Estados modernos de constituir e divulgar coesão nacional – e o risco de se incorrer em anacronismos descabidos e comparações forçosas ainda permeiam os estudos globais. Contudo, evidenciar para o leitor as limitações da pesquisa e o esforço pela superação das análises ocidentais tradicionais é um passo inicial importante para a persistência nesses tipos de estudos.

No caso do Brasil, Nestor Goulart Reis, apontado por Beatriz Bueno como um dos precursores no país da noção de história da urbanização como obrigatoriamente relacionada aos processos sociais de formação das cidades, já nos anos 1980, aposta na pesquisa da urbanização como conectada a histórias globais. Segundo ele,

[...] Não se trata de um processo de urbanização mecânico, puramente técnico, mas de um processo fundamentalmente social e só secundariamente técnico. Estudamos a urbanização no conjunto da humanidade, de suas origens até o presente discutimos as suas perspectivas para o futuro.

Estudamos a história das cidades sempre como parte de uma análise mais ampla e não como um objetivo em si. Articulamos o estudo da urbanização em diversas escalas: a história global da urbanização, a história da urbanização no país que se estuda, que é a escala que, no mundo contemporâneo, se definem as estruturas de poder e de controle da produção e as relações de classe. (REIS FILHO, 1981, pp. 15-18 *apud* BUENO, 2012, p. 20)

Como vimos, já há algum tempo no Brasil, as pesquisas sobre o urbano e a sua relação com o humano, em perspectiva global, são bem-vindas, a despeito das dificuldades. A ausência de definições exatas para os estudos globais talvez seja interessante para as apostas na construção desse campo, assim como para a amplitude do rol de objetos que podem ser analisados nessa perspectiva. A cautela no aviso aos leitores sobre as críticas ao empreendimento que está sendo feito promove uma relação mais efetiva em termos de construção do conhecimento, posto que se expõem os problemas da própria pesquisa. No entanto, tais problemas não inviabilizam, tampouco extinguem a necessidade de se pensar o ambiente em que vivemos, a experiência humana no território: corpo e cidade, memória e espaço.

Referências bibliográficas:

BASTOS, Rodrigo. **A arte do urbanismo conveniente:** O decoro na implantação de novas povoações em minas gerais na primeira metade do século XVIII. En caiana. Revista de Historia del Arte y Cultura Visual del Centro Argentino de Investigadores de Arte (CAIA). No 8 | 1er. semestre 2016. pp 97-104. Disponível em <<http://caiana.caia.org.ar/resources/uploads/8-pdf/Bastos.pdf>>

BUENO, B. P. S. **Desenho e desígnio:** o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822). São Paulo: Edusp; Fapesp, 2011.

_____. **Introdução.** Anais do Museu Paulista (Dossiê – Caminhos da urbanização no Brasil Colônia). Anais do Museu Paulista. v. 20. n.1. jan.- jun. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142012000100002&lng=pt&tlng=pt>

CASTRO, Laura Fonseca.; TONIOLO, Lislely Braun. **A margem e o inconsciente:** atravessamentos entre arte, arquitetura e psicanálise no cotidiano da cidade. [Anais do] XV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em <http://anpur.org.br/wp-content/uploads/2018/09/12_82891.pdf>

DAMASCENO, Claudia. **Arraiais e vilas d’el Rei.** Espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

_____. **Urbs e civitas:** a formação dos espaços e territórios urbanos nas minas setecentistas. *Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material*, 2012, 77-108. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142012000100004>

DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do povo:** sociedade e cultura no início da França moderna. Trad. Mariza Correa. Ed. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, 308 p.

FICKER, Sandra Kuntz. **Mundial, trasnacional, global:** Un ejercicio de clarificación conceptual de los estudios globales. IN: Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Débats, mis en ligne le 27 mars 2014. Disponível em <<https://journals.openedition.org/nuevomundo/66524>>

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 28 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. 432p.

GAMES, Alison. **Atlantic History: Definitions, Challenges, and Opportunities.** *The American Historical Review*. Vol. 111, No. 3 (June 2006), pp. 741-757. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/10.1086/ahr.111.3.741?seq=1#metadata_info_tab_contents>

HARTOG, François. **Experiência do tempo:** da história universal à história global?. IN: história, histórias. Brasília, vol. 1, n. 1, 2013. p. 164-179. Disponível em <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:j2XsG5h1KGYJ:periodicos.unb.br/index.php/hh/article/download/10714/9409/+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>

HEYMANN, Luciana. **O "devoir de mémoire" na França contemporânea** : entre a memória, história, legislação e direitos. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 27f. Texto apresentado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas no III Seminário PRONEX "Cidadania e direitos", na mesa "Dever e direito à memória". Rio de Janeiro, 27-29, nov.2006. Disponível em <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6732>>

LEPETIT, Bernard. Proposições para uma prática restrita da interdisciplinaridade. Arquitetura, geografia, história: usos da escala. A história leva os atores a sério. In: SALGUEIRO, Heliana (Org.). **Por uma nova história urbana:** Bernard Lepetit. São Paulo: Edusp, 2001.

MATOS, Hebe. **História oral e comunidade:** Reparações e culturas negras. São Paulo: Letra e Voz, 2016. pp. 7-14.

MENESES, J. N. C.; BORREGO, M. A. M. **Introdução:** O testemunho das coisas úteis e duráveis. ANAIS DO MUSEU PAULISTA , v. 26, p. 1-4, 2018. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/144628>>

MENESES, U. B. de. **O objeto material como documento.** In: CURSO PATRIMÔNIO CULTURAL: POLÍTICAS E PERSPECTIVAS, Aula. São Paulo: IAB; CONDEPHAAT, 1980. Mimeo.

MARQUESE, Rafael & PIMENTA, João P. **Tradições de História Global na América Latina e no Caribe.** História da Historiografia. Ouro Preto, n. 17, 2015. P. 30-49. Disponível em <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/775>>

PACHECO, Perla. **Hacia una nueva historia global no eurocéntrica:** un balance crítico. TRASHUMANTE Revista Americana de Historia Social. Mexico, v. 9, 2017. P. 144-165. Disponível em <<http://www.redalyc.org/pdf/4556/455649674007.pdf>>

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução Urbana do Brasil 1500-1720.** 2. ed. São Paulo: Pini, 2001.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Sulcando os mares: um historiador do Império português enfrenta a "Atlantic History".** História, v. 28, n. 1, p. 17 - 20, 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/his/v28n1/02.pdf>>

SANTOS, Boaventura de Souza. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** São Paulo: Boitempo, 2007. 128p.

SANTOS JÚNIOR, J. J. G.; GOLDFELD, M. S. **História global:** um empreendimento intelectual em curso. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, v. 23, p. 483-502, 2017. Disponível em <https://www.academia.edu/35960237/Hist%C3%B3ria_global_um_empreendimento_intelectual_em_curso_Monique_Sochaczewski_2>

SENNETT, Richard. **Carne e pedra.** Rio de Janeiro: Record, 1997.

VELOSO, Tércio Voltani. **A dimensão dos lugares:** fluidez, dinâmica social e ocupação do espaço urbano em Mariana nos Livros do Tombo de 1752. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História. Disponível em <https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/9077/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O_Dimens%C3%A3oLugaresFluidez.pdf>

VIDAL, Laurent. **Tendances récentes de la recherche sur l'histoire du Brésil urbain:** éléments pour un bilan. *Histoire Urbaine*, v. 12, p. 117-146, 2005. Disponível em <<https://www.cairn.info/revue-histoire-urbaine-2005-1-page-145.htm>>